



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELE MAÍRA DINIZ OLIVEIRA

**RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO
SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
DR. JOÃO MARCOS MOURA**

CAMPINA GRANDE

2022

DANIELE MAÍRA DINIZ OLIVEIRA

**RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO
SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
DR. JOÃO MARCOS MOURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção de título em
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Lucia Maria Patriota

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48r Oliveira, Daniele Maíra Diniz.

Relato da experiência de estágio obrigatório em Serviço social no centro municipal de convivência do idoso Dr. João Marcos Moura [manuscrito] / Daniele Maira Diniz Oliveira. - 2022.

26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Lucia Maria Patriota, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Envelhecimento. 2. Pessoas idosas. 3. Proteção social.

4. Grupo de convivência. I. Título

21. ed. CDD 362.6

DANIELE MAÍRA DINIZ OLIVEIRA

**RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO
SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
DR. JOÃO MARCOS MOURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção de título em Bacharel em
Serviço Social.

Aprovada em: 07/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Lucia Maria Patriota

Profª. Ms. Lucia Maria Patriota (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Calina Correia de Freitas

Assistente Social Calina Correia de Freitas
(Supervisora de Campo e Examinadora)

Patrícia Crispim Moreira

Profª. Ms. Patrícia Crispim Moreira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em especial aos meus pais Maria Aparecida e Eraldo, por depositarem tamanha confiança em mim e por terem contribuído significativamente nessa conquista; à minha filha Isadora, que me encoraja e recarrega minhas forças todos os dias, e ao meu companheiro de vida Hellton, que sempre me apoia e me impulsiona na busca dos meus objetivos.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO	6
2.ENVELHECIMENTO, VELHICES E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL....	7
3. OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	9
4. O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CMCI.....	12
4.1 Caracterização do Campo de Estágio.....	12
4.2 O Estágio Obrigatório em Serviço Social no CMCI e suas Etapas.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
6. REFERÊNCIAS.....	20
ANEXOS.....	22
Anexo A.....	22
Anexo B.....	22
Anexo C.....	22
Anexo D.....	22
Anexo E.....	23
Anexo F.....	23
Anexo G.....	23
Anexo H.....	23
Anexo I.....	24
Anexo J.....	24
Anexo K.....	24
Anexo L.....	24
Anexo M.....	25
Anexo N.....	25
Anexo O.....	25

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DR. JOÃO MARCOS MOURA

RESUMO

O envelhecimento humano, fenômeno heterogêneo e multidimensional, apresenta significativa expansão em escala mundial e nacional e apresenta-se como uma das mais importantes conquistas da humanidade no século XXI. Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo sistematizar nossa experiência de estágio obrigatório em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, cujas atividades foram desenvolvidas no Centro Municipal de Convivência do Idoso de Campina Grande (CMCI). Compreende um trabalho descritivo e bibliográfico pautado no relato da experiência vivenciada no campo de estágio e busca contribuir, direta e indiretamente, na reflexão do processo de envelhecimento e na socialização dos trabalhos desenvolvidos pelo CMCI. Para tanto, foram realizadas, durante o período de estágio, atividades de intervenção com os usuários do CMCI, abordando temas de grande relevância não só para esse público-alvo, mas também para toda a sociedade. Os resultados obtidos durante essa vivência de estágio foram favoráveis, tendo uma considerável participação do grupo em cada trabalho realizado o que nos leva a concluir que a vivência no CMCI promove o sentimento de pertencimento aos seus usuários, além da troca de experiências e fortalecimento de vínculos, resultando em um grupo de pessoas idosas ativas, participativas e entusiasmadas.

Palavras-chave: Envelhecimento; Pessoas idosas; Proteção social; Grupo de Convivência.

REPORT ON THE MANDATORY INTERNSHIP EXPERIENCE IN SOCIAL WORK AT THE CENTER MUNICIPAL DE CONVIVANÇA DO ELDERLY DR. JOÃO MARCOS MOURA

SUMMARY

Human aging, a heterogeneous and multidimensional phenomenon, has expanded significantly on a global and national scale and is one of the most important achievements of humanity in the 21st century. This Course Completion Work aims to systematize our experience of mandatory internship in Social Work of the Social Work Course at the State University of Paraíba, whose activities were developed at the Municipal Center for Living Together with the Elderly of Campina Grande (CMCI). It comprises a descriptive and bibliographic work based on the report of the experience lived in the field of internship and seeks to contribute, directly and indirectly, in the reflection of the aging process and in the socialization of the works developed by the CMCI. To this end, during the internship period, intervention activities were carried out with CMCI users, addressing topics of great relevance not only for this target audience, but also for society as a whole. The results obtained during this internship experience were favorable, with a considerable participation of the group in each work carried out, which leads us to conclude that the experience at CMCI promotes the feeling of belonging to its users, in addition to the exchange of experiences and strengthening of bonds, resulting in a group of active, participative and enthusiastic elderly people.

Keywords: Aging; Old people; Social protection; Living Group.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vivencia-se um momento peculiar no que se refere ao aumento da expectativa de vida da população mundial. Trata-se de um envelhecimento populacional progressivo, que se torna um fenômeno social dos mais relevantes a partir do século XX e, à medida em que a expectativa de vida cresce, a discussão sobre a garantia dos direitos das pessoas idosas tem ocupado maior espaço nas agendas dos diferentes países.

Considerando o fato de que entrou em vigor no Brasil, em 25 de julho de 2022, a Lei 14.423/22, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso - para substituir, em todas as Leis, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente, iremos sempre utilizar a expressão “pessoa idosa”.

Esse envelhecimento populacional é uma conquista social e heterogêneo, já que compreende um processo contínuo, comum a todos, mas também marcado por singularidades. Cada indivíduo envelhece a seu modo em virtude de fatores ambientais, biológicos, econômicos, culturais e sociais e isso deve ser observado pelos poderes públicos, a fim de atender adequadamente as necessidades do segmento idoso. Se faz necessário a elaboração de políticas públicas específicas destinadas a esse público, com o objetivo de garantir a promoção da qualidade de vida, levando em consideração as diferentes formas de velhices existentes em nosso país.

Partimos da compreensão de que o homem é um ser social e a inserção em grupos de convivência e apoio compreende um importante fator de proteção social. A vivência em grupos possibilita aos que envelhecem a troca de experiência, a construção da autonomia, da identidade pessoal e coletiva, o fortalecimento da autoestima e dos vínculos familiares e comunitários na prevenção de situações de riscos.

Logo, os grupos de convivência, de modo geral, configuram-se como espaços potencializadores de promoção de saúde e bem-estar. A criação dos Centros de Convivência de Idosos, modalidade de serviço prevista em vários mecanismos legais, entre eles a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e inerente ao processo de implementação da Política Nacional da Pessoa Idosa (PNI), representa um espaço importante para o processo de um envelhecimento saudável.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo sistematizar nossa experiência de estágio obrigatório em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, cujas atividades foram desenvolvidas no Centro Municipal de Convivência do Idoso de Campina Grande (CMCI). Compreende um trabalho descritivo e bibliográfico pautado no relato da experiência vivenciada no campo de estágio e busca contribuir, direta e indiretamente, na reflexão do processo de envelhecimento e na socialização dos trabalhos desenvolvidos pelo CMCI.

Ressalta-se que as intervenções realizadas durante o período de estágio foram orientadas pelos princípios e diretrizes dos mecanismos legais de proteção ao idoso, entre eles o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), pelas referências legais de atuação do Assistente Social, juntamente com a supervisão e participação das supervisoras acadêmica e de estágio.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: no item 2 apresentamos algumas considerações sobre a velhice, o processo de envelhecimento e sobre as políticas de proteção à velhice; no item 3 a discussão é sobre os centros de convivência de idosos; no item 4 apresentamos a caracterização do campo de estágio e a sistematização da experiência do estágio obrigatório em serviço social; por fim, traçamos algumas considerações acerca da experiência aqui apresentada e o referencial bibliográfico utilizado.

2. ENVELHECIMENTO, VELHICES E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

De acordo com Faleiros (2014), ao se falar em envelhecimento é preciso olhar a complexidade desse campo e suas múltiplas determinações nas relações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidade e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos (família, amigos, gerações, cultura) e de estilos de vida. O fato é que o envelhecimento da população é complexo, plural e multifacetado e está se processando em meio a condições de vida bem pouco favoráveis para parcelas imensas da população.

O processo de transição demográfica, marcado pelo crescimento acelerado da população idosa e pelo declínio da taxa de natalidade, exige novas posturas tanto do poder público quanto da sociedade civil, para que haja ações sociais consistentes que englobem as múltiplas questões impostas pelas transições demográficas. Não basta envelhecer, é preciso envelhecer com boas condições de vida.

Os dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2014) revelam que a população idosa tem crescido de forma expressiva, havendo uma perspectiva para no ano de 2050 de se atingir 2 bilhões de idosos em todo o mundo. No Brasil, são consideradas pessoas idosas, de acordo com a Política Nacional da Pessoa Idosa (1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), aqueles que possuem 60 anos ou mais. Será a primeira vez na história que haverá mais pessoas idosas - com sessenta anos ou mais de idade - do que menores de quinze anos de idade, fato que colocará em breve o país como a sexta população mais envelhecida do planeta.

Costa (2017) enfatiza que o processo de envelhecimento e velhice soa como um desafio por seu caráter heterogêneo, multifacetado e complexo. É bem verdade que os avanços no contexto da saúde e da tecnologia possibilitaram à população uma maior qualidade de vida e consequente prolongamento da idade, sendo este visto como um triunfo da humanidade, embora, deve-se salientar que o aumento dessa expectativa de vida da população é marcado por inúmeras expressões da questão social, e, tem sido acompanhado, contraditoriamente, pela grande desigualdade histórica e social na distribuição de renda e de serviços que caracteriza nosso país em muitas regiões. É fato que o envelhecimento da população gera expressivas demandas aos sistemas de saúde, assistência social e de previdência social, pressionando o Estado, a sociedade e a família de diferentes formas.

A velhice entendida como uma construção social, comumente demarcada entre nós como a última fase da vida é carregada de preconceitos e mitos. A ideologia impregnada em nossa cultura, que ressalta a jovialidade, a capacidade produtiva e de consumo das pessoas gera um caráter de seleção, preconceito e discriminação para com as pessoas idosas tidos no senso comum como normais. A luta contra a discriminação é fundamental num processo de educação para o envelhecimento e sobre o envelhecimento e a velhice, ressaltando-se que envelhecer não é sinônimo de perdas e doenças.

Destacamos que as situações mais frequentes de vulnerabilidade social desse público se dão pelo abandono ou isolamento social, decorrentes da fragilização ou da perda dos vínculos de pertencimento, além de maus-tratos e desrespeitos em diversos locais do cotidiano – no comércio, nos transportes coletivos, nas ruas e no âmbito familiar, logo, conforme cresce o número de pessoas idosas, cresce também o número de casos de violência contra essa população.

Segundo Teixeira (2017), a velhice e o envelhecimento são heterogêneos e é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento, pois ao perder o valor de uso para o capital sua vida se torna desguarnecida de sentido e valor. De acordo com a autora, o processo de envelhecimento do trabalhador é marcado pela “[...] desigualdade, vulnerabilidade social em massa, degradação, desvalorização e pseudovalorização, [...] especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho.” (TEIXEIRA, 2008, p. 23).

Apesar dessas condições sociais pouco favoráveis, os idosos tem se destacado no cenário brasileiro no que diz respeito à garantia do sustento e manutenção de suas famílias com o pouco de recursos de que dispõem, assumindo assim, além da responsabilidade pela função de cuidador, a atribuição de chefe de família, responsável pela sobrevivência da mesma. Os idosos, que geralmente eram vistos como dependentes, nos últimos anos estão assumindo o sustento, a manutenção de seus familiares, se tornando o principal chefe de família. Dados do Boletim Especial do Dieese (2020) apontam que 24,9% dos domicílios brasileiros tem pessoas com 60 anos ou mais que contribuem com mais de 50% da renda domiciliar, com aposentadorias, pensões, rendimento do trabalho ou outro tipo.

Considerando a existência de várias velhices, ou seja, diferenças na capacidade funcional, no contexto socioeconômico, no gênero, entre outros fatores, as políticas públicas precisam considerar a heterogeneidade do envelhecer e buscar atender as necessidades tanto da pessoa idosa independente, detentora de recursos, que desempenha com autonomia a condução da sua vida cotidiana, quanto a pessoa idosa semi independente ou dependente, que necessita de auxílio para realizar suas atividades diárias e/ou que necessita de cuidados contínuos. No que diz respeito à garantia dessas políticas públicas, é papel do Estado, juntamente com a sociedade e família, prestar atendimento à pessoa idosa, tal qual está assegurado nas legislações vigentes.

Assim, na intenção de se instituir um sistema de proteção social voltado a pessoa idosa, é promulgada em 1994 a Lei n. 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa. A primeira política voltada especificamente para a população idosa foi regulamentada em 1996 e seu objetivo é assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 1994).

O Estatuto da Pessoa Idosa, promulgado em 2003, visa assegurar os direitos da população idosa, e apresenta-se voltado à prevenção, proteção e promoção do bem-estar da pessoa idosa em conjunto com outras políticas públicas. Um relevante papel na proteção constitucional à pessoa idosa é atribuído à família, tendo como dever coibir a violência, o abandono e a discriminação no âmbito de suas relações.

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), em seu artigo 3º, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. O Estado e a família têm um papel primordial na proteção do idoso. Entretanto, é notório que, a família, ao longo dos anos, tem sido constantemente convocada a assumir o cuidado com a pessoa idosa. A responsabilização familiar é uma tendência que se expande com o avanço das reformas neoliberais, que preconiza a diminuição do Estado como mecanismo de redução dos gastos sociais.

No rol de mecanismos legais voltados a proteção social da pessoa idosa, também se destaca a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), aprovada em 2006, que tem como finalidade primordial recuperar, manter e promover a autonomia e a independência da população idosa, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação a violência contra a pessoa idosa, uma das mais significativas expressões da questão social que atinge a população idosa no país, para o seu enfrentamento, foi criado o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2005), que estabelece estratégias de ação para o combate aos maus-tratos sofridos pela população brasileira que está acima dos 60 anos.

O referido Plano não trata apenas da violência física, mas também da violência psicológica, do abuso sexual, do abandono, da negligência, do abuso financeiro e econômico e até da autonegligência – quando o idoso se recusa a prover cuidados a si próprio.

Não podemos deixar de destacar que a Constituição Federal de 1988 traz uma grande inovação ao considerar a assistência social uma política pública, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela própria Constituição e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que preconiza que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e que tem entre seus objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Outra importante conquista posta pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS refere-se ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício de transferência de renda individual, não vitalício e intransferível, destinado à camada mais pobre da população idosa e que permite se colocar o idoso no patamar mínimo de quem está no mercado ou como beneficiário da previdência social. Embora seja um benefício da assistência, o BPC é gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Já o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social, foi inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e está previsto e regulamentado na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Trata-se de uma conquista vista como um capítulo especial na história da política de Assistência Social no Brasil, com atendimento e organização dos serviços em bases regionais (abrangências municipal, estadual ou regional), tendo como objetivo garantir o direito à assistência social e proteção das famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, onde por meio do seu sistema operacional melhorou a estrutura de atendimento à pessoa idosa.

O SUAS é um sistema que existe e atua em rede com outras políticas para combater a pobreza, a desigualdade, a vulnerabilidade social e a miséria no Brasil, estabelecendo uma organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços. Numa ponta, a atenção social básica e, na outra, a atenção social especial, de alta e média complexidade.

Esse sistema vem acumulando muitas conquistas no que diz respeito à serviços, programas, projetos e benefícios, como por exemplo, enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes; Proteção Social Básica (PSB); Proteção Social Especial (PSE); Carteira da Pessoa Idosa, entre outros feitos.

No tocante à Proteção Social Básica, destacamos os Centros de Convivência do Idoso, configurando-se em equipamentos de atendimento à população idosa, tendo como objetivo propor atividades que contribuam para o processo de envelhecimento saudável, para o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidade dos idosos, além do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na prevenção de situações de riscos, conforme veremos a seguir.

3. OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

Entre as diversas modalidades de atendimento previstas na Política Nacional de Assistência Social, na Política Nacional da Pessoa Idosa e no Estatuto da Pessoa Idosa, os Centros de Convivência de Idosos caracterizam-se como espaços destinados ao desenvolvimento de atividades socioculturais e educativas, dando oportunidade à participação da pessoa idosa na vida comunitária, prevenindo situações de riscos e contribuindo para o envelhecimento ativo.

Os mesmos integram a chamada Proteção Social Básica (PSB) que se refere a ações preventivas, que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção, e possuem um caráter mais genérico, voltado prioritariamente para a família. Além disso visa desenvolver

potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e se destina a populações em situação de vulnerabilidade social (CFESS, 2011).

Os Centros de Convivência para Pessoas Idosas são um dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial de proteção social a pessoa idosa dos municípios. O serviço é caracterizado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no âmbito da Proteção Social Básica, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), devendo garantir aos usuários a segurança de acolhida, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual e a segurança de convívio familiar e comunitário.

A intervenção social nesses espaços sócio-ocupacionais deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.

Os Centros têm como objetivos contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, além de promover vivências que valorizem as experiências, estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários (SÃO PAULO, 2014).

De acordo com o Guia de Orientações Técnicas Centro de Convivência do Idoso (SÃO PAULO, 2014), os Centros de Convivência de Idosos têm como público alvo a pessoa idosa de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), os originários de famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda (PTR), e os que apresentam vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitários e cujas necessidades, interesses e disponibilidades, indiquem a inclusão no serviço.

O acesso aos Centros de Convivência de Idosos se dá pela procura espontânea da própria pessoa idosa ou de sua família no local de funcionamento do serviço, por encaminhamento da rede socioassistencial referenciada ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por demanda de outras políticas públicas que atendam pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social, ou ainda, a equipe pode realizar uma busca ativa em seu território de abrangência para identificar usuários para este serviço.

Ao ingressar no serviço, é realizado um cadastro individual para cada usuário, contendo dados pessoais como nome, endereço, número de documentos, caracterização socioeconômica e composição familiar, registro de acesso à aposentadoria, BPC (SÃO PAULO, 2014).

No que diz respeito ao funcionamento desses Centros, as atividades devem ocorrer de segunda à sexta-feira (exceto feriados), em horários programados conforme a demanda, em turnos de 4 à 8 horas, de acordo com a programação e definição conjunta com os usuários, não havendo obrigatoriedade de servir refeições, porém é desejável que sejam oferecidos lanches durante as atividades.

A frequência dos usuários não precisa ser diária, e sim de acordo com suas necessidades e desejos, entretanto, os mesmos devem ter em mente que ao ingressarem no serviço, assumem um compromisso com o grupo, com direitos e deveres.

Os recursos humanos se constituem basicamente por coordenador, técnico, educador social, agente operacional e oficinheiros, podendo ser incluído nas equipes Assistentes Sociais, Psicólogos, Enfermeiros, Geriatras, entre outros profissionais qualificados.

Com relação às atividades desenvolvidas, estas devem ser previamente planejadas com base no conhecimento do território e suas características regionais, bem como do perfil e das demandas da pessoa idosa que frequenta o Centro. O planejamento dessas atividades deve ter

como principais pilares: o fortalecimento do convívio familiar e comunitário, a mobilização para a cidadania e participação social e o envelhecimento ativo, autonomia e protagonismo.

Todas as atividades devem ser registradas, especificando o que foi realizado, a metodologia usada e os temas abordados, garantindo assim, a sistematização das atividades desenvolvidas pelos serviços.

Entre as atividades desenvolvidas podemos destacar as atividades socioassistenciais, constituídas através da acolhida, momento de recepção e atendimento inicial aos usuários e seus familiares, propício para estabelecer vínculos com os profissionais dos Centros, por meio de escuta qualificada das demandas e necessidades da pessoa idosa e da oferta de informações sobre o serviço prestado.

Em seguida se faz necessário a realização da entrevista social, a fim de obter informações sobre a pessoa idosa e seus familiares, conhecer a dinâmica das suas relações, a identificação da necessidade de acompanhamento e possíveis encaminhamentos.

Além disso, são realizadas atividades socioeducativas, que têm como referências as características do território, as suas especificidades socioculturais e as peculiaridades dos usuários atendidos. As reuniões socioeducativas são encontros semanais, caracterizadas como uma ação contínua e sistemática, com o objetivo de incentivar o convívio e o fortalecimento dos laços de pertencimento, a exposição de ideias, a discussão de temas de interesses da pessoa idosa, a troca de experiências e a construção de projetos pessoais e coletivos (SÃO PAULO, 2014).

Os Centros de Convivência da Pessoa Idosa também promovem eventos e atividades comunitárias, incentivando a participação dos usuários em atividade de caráter coletivo voltadas para a dinamização das relações no território, bem como para minimizar as várias formas de violência, preconceito e estigmatização da pessoa idosa na família e na comunidade, se tornando uma oportunidade para realizar atividades de caráter intergeracional envolvendo familiares e a comunidade, como por exemplo, confraternizações, apresentações artísticas, passeios culturais, festas temáticas, entre outros. São desenvolvidas também palestras a respeito de temas específicos, de interesse da pessoa idosa, seguida de troca de ideias no grupo, como por exemplo, temas sobre sexualidade, mitos e preconceitos sobre a velhice, cuidados com a saúde, entre outros. Além de oficinas, com objetivos de curto prazo, caracterizados como atividade que possibilitem a construção de novos conhecimentos e desenvolvimento de novas habilidades, como por exemplo, oficina de memória, artes plásticas, artesanato, entre outros. Destacamos também as atividades físicas realizadas sob acompanhamento e supervisão de profissional habilitado, conforme capacidade funcional dos usuários em seu processo singular de envelhecimento, como por exemplo, fisioterapia, ginástica, dança, entre outros.

E, por fim, ressaltamos as atividades socioculturais, elaboradas e desenvolvidas por educador social, podendo também ser realizadas em parceria com voluntários, com o intuito de estimular a criatividade e oportunizar a valorização do percurso de vida da pessoa idosa. Podem ter caráter lúdico ou artístico, com ênfase na comunicação e participação coletiva, como por exemplo, jogos de mesa e dinâmicas de grupo.

O serviço desenvolvido nos Centros de Convivência da Pessoa Idosa deve manter a ampla articulação com a rede socioassistencial e com outras políticas setoriais do município, realizando parcerias com outros agentes e instituições com o intuito de possibilitar a ampliação das atividades oferecidas, diversificando os temas trabalhados. Além disso, deve ser estimulada a participação de voluntários, promovendo maior integração do serviço com a comunidade, possibilitando sensibilizá-la sobre o envelhecimento populacional.

4. O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CMCI

4.1. Caracterização do Campo de Estágio

O Centro Municipal de Convivência do Idoso Dr. João Marcos Moura (CMCI) fica situado na Avenida Paris, 2110, no bairro dos Cuités, na cidade de Campina Grande – Paraíba, e foi inaugurado em 28 de julho de 2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade, ficando sob a gerência da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a qual regulamenta o funcionamento do CMCI através de seu regimento interno, definindo os espaços físicos para serem utilizados por indivíduos maiores de 60 anos.

O Estatuto da Pessoa Idosa, através da Lei de nº 10.741, 01 de outubro de 2003, determina a garantia à pessoa idosa o acesso aos direitos fundamentais inerentes, assegurando todas as oportunidades para a preservação de seu desenvolvimento físico e mental. E, de acordo com a Política Nacional da Pessoa Idosa, em seu Capítulo IV, artigo 10, que trata das Ações Governamentais, são competência dos órgãos e entidades públicas estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento a pessoa idosa, como os centros de convivência de idosos.

Dessa forma, o CMCI funciona de acordo com a Política Nacional da Pessoa Idosa - PNI, Lei 8.842 de 04 janeiro de 1994, que promove a autonomia da pessoa idosa, garantindo, acima de tudo, a sua participação efetiva na sociedade. O mesmo também está alinhado as atribuições previstas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como objetivo garantir a proteção social e o apoio aos indivíduos e suas famílias, para que suas dificuldades possam ser enfrentadas através de benefícios, programas e serviços.

O Centro Municipal de Convivência do Idoso oferece serviços de Proteção Social Básica aos usuários oriundos de vários bairros, com capacidade física para atender 300 usuários (atualmente são 299 usuários) em um processo de revezamento, em sistema de convivência grupal e estimulando sempre a vivência intergeracional, além das relações de afeto, tendo em vista que os usuários se deparam com a oportunidade de resgatarem seus laços afetivos no CMCI, havendo relatos, inclusive, de casamento entre eles.

A estrutura possui salas de atendimento como ambulatório médico e de enfermagem, sala de fisioterapia e danças, sala de artes, sala de exposições fotográficas das ações realizados no CMCI, sala de reunião para os usuários, sala de reunião para equipe, sala da secretaria onde se faz cadastramento e levantamento de dados dos usuários do serviço, sala de roupas utilizadas nas apresentações culturais das quais os usuários do Centro participam, despensa/almojarifado, cozinha, áreas de serviço, refeitório, banheiros masculinos e femininos, locais de jogos e as dependências externas do CMCI, para os usuários usufruírem, como: sala de televisão, conversas ao ar livre nos jardins e academia.

Quanto à equipe multidisciplinar que integra o Centro, a mesma é formada por profissionais das áreas de Fisioterapia, Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Pedagogia e Enfermagem. Mais precisamente são 18 profissionais, cada um deles dentro de sua especialidade, tais como: 01 Coordenadora, 01 Assistente Social, 01 Técnica de Enfermagem, 02 Fisioterapeutas, 01 Cuidadora de Idosos, 01 Pedagoga Ocupacional, 01 Educador social, 01 Professora de Educação Física e 01 Psicólogo. Além deles, outros auxiliares compõem o CMCI: 01 Cozinheira e 01 Auxiliar de Cozinha, 02 Auxiliares de Serviços Gerais, 05 Vigilantes nos expedientes diurno e noturno.

O serviço recebe usuários encaminhados por organizações governamentais e não governamentais, como também, por demanda espontânea, após prévia análise social de seu perfil, e seus atendimentos, tanto em grupos como individuais, são realizados na própria unidade, onde as situações são analisadas pela equipe técnica multiprofissional acima citada, tendo como responsabilidade a identificação e a necessidade de cada usuário, fazendo o

acompanhamento apropriado à sua realidade, desenvolvendo ações e realizando encaminhamentos para as redes socioassistenciais e serviços setoriais cabíveis.

O CMCI tem seu funcionamento de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas, com intervenções desenvolvidas a fim de oferecer atividades que incentivam a cultura e ao esporte, através de vários grupos, como o coral, a banda de pífano, as danças, o artesanato, entre outras práticas, todas como forma de elevar a autoestima e a socialização entre os indivíduos.

Devido ao contexto da pandemia do Covid – 19, houve alterações no funcionamento da instituição, que teve suas portas fechadas durante nove meses no ano de 2020. Durante esse período foram realizados trabalhos remotos com os usuários através de grupos de Whatsapp e Instagram e a busca ativa através de visitas domiciliares, respeitando todos os protocolos de segurança. Em outubro de 2020 o Centro retornou com suas atividades de forma presencial, com um número restrito de usuários e a obrigatoriedade do uso de máscaras e das vacinas, considerando todas as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os Centros de Convivências são locais onde as pessoas idosas têm possibilidades de resgatar a sua cidadania e dignidade, através das atividades realizadas com eles nestes espaços, onde, além deste resgate, há um aumento no seu círculo de convivência, fundamental para o bem-estar dos mesmos, fazendo com que essa população seja novamente inserida na sociedade.

Destacamos que a atuação do (a) assistente social junto às pessoas idosas tem como ação principal seu comprometimento com a cidadania da pessoa idosa, de modo crítico e competente, visando um mundo em que a justiça social esteja presente para toda a sociedade brasileira, incluindo a população idosa, dando-lhes condições para que possam lutar por seus direitos e serem sujeitos de suas histórias, compatibilizando a atuação profissional com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, cabe explicitar, de modo breve, com base em produção de Goldmam (2005), algumas áreas de atuação do (a) assistente social junto aos idosos e suas particularidades, sobretudo nas áreas da Saúde, da Previdência, da Assistência Social e da Educação:

- a) Saúde – Hospitais da rede pública e privada; Postos de Saúde; Instituições Asilares (de Longa Permanência); Campanhas comunitárias de vacinação e prevenção de doenças; Prevenção de quedas; Acompanhamento domiciliar; Informação à Família; Formulação de políticas de saúde; Orientação, assessoria e consultoria aos movimentos de usuários da saúde que contemplem demandas dos idosos, não de forma exclusiva e outras atividades;
- b) Previdência Social – Postos da Previdência Social, orientando e viabilizando o usufruto de direitos previdenciários; em todos os locais de atendimento aos idosos, esclarecendo sobre direitos e informando aos usuários quanto aos benefícios da Previdência; nas Campanhas comunitárias de esclarecimentos; na Formulação da política previdenciária; na orientação, assessoria e consultoria aos movimentos de aposentados e pensionistas e outras atividades;
- c) Assistência Social – Repartições públicas de todas as esferas; instituições estatais; organizações privadas; comunidades; e em todos os espaços que congregam seus familiares para orientação, prestação de serviços e, especialmente, sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC); formulação de políticas da área; assessoria, consultoria e orientação aos movimentos dos usuários da assistência social, conselhos de assistência social em todos os âmbitos, além de outras atividades;
- d) Educação – Espaços educacionais voltados aos idosos como universidades para a terceira idade; Escolas para idosos; Grupos de convivência; Centros-Dia; Entidades de cultura e lazer; Associações de moradores de bairros e comunidades; Associações

de aposentados e pensionistas para compartilhar com equipes interprofissionais experiências de educação social e política que envolvem e preparam os idosos para o exercício da cidadania como sujeitos; Campanhas educativas em todas as áreas da Seguridade, além das voltadas para as barreiras arquitetônicas, para os transportes, para a inserção em espaços sociopolíticos, tais como - Fóruns, Conselhos e Associações de Idosos, de Aposentados e de Pensionistas.

A amplitude da ação do (a) assistente social em programas voltados à população idosa é evidente e deve-se atentar para as demandas que surgirão no decorrer desse processo histórico de envelhecimento populacional. As possibilidades de inserção em espaços sócio-ocupacionais de atendimento a pessoa idosa (de curto, médio e longo prazos) tende a se ampliar devido ao aumento demográfico desse segmento e das demandas crescentes de produtos e serviços voltados a população idosa.

O serviço social certamente terá espaço de participação em todos esses âmbitos e sua ação deve ser comprometida com a cidadania dos idosos, de modo crítico e competente, visando um mundo em que a justiça social esteja presente não somente para as pessoas idosas, mas para toda a sociedade brasileira (GOLDMAN, 2005).

Ainda com relação à atuação profissional dos (as) assistentes sociais junto às pessoas idosas (e outros segmentos), deve-se atentar para suas particularidades e seus desafios na atualidade marcada pelo ideário neoliberal (com viés autoritário e ultraconservador) que tem acirrado e aprofundado as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015) manifestas no desmonte das políticas públicas, nas privatizações, no esvaziamento do Estado, na precarização das relações de trabalho e da formação profissional que também atingem a categoria de assistentes sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008; CFESS, 2011). Nesse cenário, o atendimento dos (as) usuários (as) no interior das instituições públicas e privadas tem sido afetado duramente dificultando o acesso da população aos serviços e benefícios e afetando a sua qualidade.

Deve-se enfatizar ainda que os (as) assistentes sociais devem se solidarizar e contribuir de modo crítico e competente com as lutas dos trabalhadores sem ocupar os espaços políticos desses sujeitos, evitando o risco da tutela como no passado. Assim, a atuação profissional deve buscar a autonomia, a emancipação e o fortalecimento da organização desses sujeitos, visando o exercício de sua cidadania e a efetivação de seus direitos (IAMAMOTO, 2015; GOLDMAN, 2008; PAULINO, 2009; CFESS, 2011).

É nesse contexto complexo e desafiador que se deve resgatar e reafirmar o compromisso ético-político dos (as) assistentes sociais na defesa das políticas públicas, dos direitos da população e da qualidade dos serviços prestados aos usuários, inclusive as pessoas idosas, na medida em que “a longevidade é uma conquista da civilização humana contemporânea. Todo cidadão tem direito ao envelhecimento, e a proteção desse direito engloba o compartilhamento de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade” (SILVA, 2016, p. 222-223).

No Centro Municipal de Convivência do Idoso, sua atuação é baseada nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei 8662/93, que preconiza o trabalho com ética, buscando respostas/enfrentamentos às expressões da questão social, respeitando e defendendo os princípios da classe trabalhadora e os direitos humanos, repudiando todo tipo de preconceito e autoritarismo, sem fazer nenhum tipo de diferenciação com qualquer pessoa independentemente de sua classe social, faixa etária, raça, religião, orientação sexual ou nacionalidade, e, tem como desafio, conscientizar a população sobre o papel do idoso na comunidade, promover diálogos entre as diferentes faixas etárias, contribuir para o combate ao preconceito etário e todo tipo de discriminação e exclusão, além de potencializar a pessoa idosa no que se refere aos seus direitos e instrumentalizá-la a exercer o seu protagonismo e cidadania.

O atendimento prestado pelo serviço social é feito de acordo com as demandas existentes na instituição. As atribuições e ações de proteção social de rede básica, desenvolvidas no CMCI e em suas áreas de abrangência, compreendem : apresentação do serviço; observação e entrevista social para identificação do perfil do usuário; acolhimento e cadastramento; visitas domiciliares e visitas institucionais; recebimento e atendimento no tocante as denúncias contra pessoas idosas; palestras educativas; levantamento estatístico; elaboração de prontuário de ação para cada usuário, com prioridade aos que necessitem de cuidados especiais, com busca ativa desses indivíduos prioritários nos serviços e articulação-encaminhamentos para a rede sócio-assistencial; orientações e supervisão de estagiários; planejamento de atividades; elaboração projetos a serem desenvolvidos na instituição; assessorar e desenvolver atividades com grupos visitantes; elaborar ações sociais educativas que envolvem familiares das pessoas idosas a partir da participação em grupos e/ou indivíduos nas atividades educativas, de convivência e de incentivo; qualificação profissional envolvendo ações de capacitação para desenvolvimento pessoal e ampliação das oportunidades de conhecimentos gerais; estudos sobre a realidade social dos usuários com o intuito de propor medidas e benefícios que venham ao encontro de suas necessidades; estudo social; diagnóstico social e trabalhos multidisciplinares.

No próximo tópico iremos nos aprofundar na experiência do estágio obrigatório em Serviço Social no CMCI e suas etapas, desde o nosso primeiro ao último contato com a instituição.

4.2. O Estágio Obrigatório em Serviço Social no CMCI e suas Etapas

O Estágio Obrigatório em Serviço Social foi instituído pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) do Curso de Serviço Social e pela Resolução n.º. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e compreende uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, através de um processo de supervisão sistemática, que necessariamente deve incluir um professor supervisor e um profissional de campo, a partir de um plano de estágio elaborado em conjunto pelas unidades de ensino e instituições concedentes de estágio.

Ao longo do processo de estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação de um plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação.

Partimos da compreensão de que essa atividade constitui momento ímpar no processo de ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, nos permitindo conhecer de perto os instrumentais da profissão e as expressões da questão social, analisando a realidade social de forma crítica.

Devido ao cenário da pandemia pelo Covid – 19, nosso Estágio Obrigatório em Serviço Social no Centro Municipal de Convivência do Idoso Dr. João Marcos Moura, sofreu uma redução na carga horária e teve sua realização de julho de 2022 a dezembro de 2022. Nosso primeiro contato com a instituição aconteceu no dia 05 de julho de 2022, onde em reunião, juntamente às supervisoras acadêmica e de estágio, foi apresentado e discutido nosso plano de estágio, além de termos tido a oportunidade de conhecermos um pouco o campo, sua estrutura, sua equipe multidisciplinar e avistar seus usuários.

Nossa efetiva inserção ao campo de estágio teve início no dia 11 de julho de 2022 (em registro no anexo A), realizando-se nosso primeiro contato com os usuários, ao sermos apresentadas como estagiárias de serviço social, recebendo uma acolhedora acolhida, acompanhada de uma música de saudação de boas-vindas, a qual os mesmos sempre cantam quando recebem visitas ou novos integrantes do CMCI.

A princípio, passamos por um período de observação das atividades cotidianas, do comportamento dos usuários diante tais atividades, da rotina e horários estabelecidos no campo,

visando assim, o conhecimento da realidade institucional. Iremos detalhar algumas atividades das quais participamos, direta ou indiretamente, durante esse tempo de observação.

Cabe aqui registrar que a Prefeitura Municipal de Campina Grande fornece um meio de transporte de ida e volta para os usuários, profissionais e estagiários se deslocarem até o CMCI. Ao chegar na instituição, é realizado o momento de acolhida, com orações e músicas que geralmente são comandadas pela Coordenadora do serviço, Gilma Souto Maior, onde é notório a participação de todos e, acima de tudo, o respeito em relação a presença de diferentes perspectivas religiosas ali presente.

Após a acolhida, são repassados os avisos, quando existentes, seguidos da explicação de como será a programação do dia. Passado esse momento, os usuários são encaminhados para o espaço reservado à alimentação, para tomarem o café da manhã e darem início as atividades programadas.

Seguida à refeição, a educadora física do CMCI reúne os usuários no salão para a prática de atividades físicas de forma lúdica e prazerosa, recorrendo à música, visando a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, sobretudo respeitando a capacidade funcional de cada pessoa idosa em seu processo singular de envelhecimento. É quase unânime o apreço pela música, especialmente pelo forró. Esta é uma das atividades que tem maior participação do público feminino.

Após as atividades físicas tem início a atividade planejada para o dia. Muitas vezes, se tem a realização dos bingos, considerada uma atividade que tem um ótimo retorno por parte de todos os usuários, arriscamos dizer, inclusive, que essa atividade, de caráter lúdico e inclusivo, tem a maior participação coletiva do Centro. Considerando que alguns usuários do CMCI são analfabetos, estes também participam dos bingos, em especial com a ajuda dos colegas, de estagiários ou dos profissionais na instituição. Tivemos a oportunidade de comandar um dos bingos, que nos rendeu boas risadas e um fortalecimento de vínculo com o grupo.

Também estivemos presente no acompanhamento dos jogos de mesa, como xadrez, dominó e damas (em registro no anexo B). Esses momentos de descontração são ofertados todos os dias, após o café da manhã, para os usuários que optem por não participar da atividade física.

Durante o período de estágio vivenciamos um momento por demais importante para o serviço: a comemoração de aniversário dos 22 anos do Centro Municipal de Convivência do Idoso (em registro no anexo C). Foi um dia festivo que contou com a presença de muitos usuários, visitantes e entidades importantes como a Gerente da Pessoa Idosa Rosemary Torres, a Diretora da Rede Básica do município, Joelma Martins e o Presidente da Associação dos aposentados e pensionistas de Campina Grande, Romualdo Figueiredo. A programação contou com palestras sobre o CMCI desde sua fundação até os dias atuais, sempre enfatizando a importância de cada usuário, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento, além da apresentação do Coral do CMCI composto pelos profissionais da instituição, finalizando o dia com muita música para todos dançarem e celebrarem, como já se é de costume no Centro.

Uma outra atividade na qual estivemos presentes foi a comemoração de dia dos pais juntamente à inauguração da academia do CMCI, a qual recebeu o nome da Coordenadora Gilma Souto Maior, de modo a homenageá-la por tantos anos de dedicação e serviços prestados ao Centro. Se tratou de um dia atípico, com uma significativa presença masculina, com entrega de brindes para os usuários pais e a presença de visitantes, baseada numa programação voltada a apresentações de dança (em registro no anexo D) e da banda de pífano.

Também participamos do Concurso Garota Primavera 2022 (em registro no anexo E, F), um dia descontraído que contou com um grande público feminino, além de visitantes, inclusive a imprensa local, com a realização de desfiles, entrevistas e os registros de toda programação, tendo todos esses momentos transmitidos em suas respectivas emissoras. Sem dúvidas um momento que promove o fortalecimento da autoestima das usuárias, além de

estimular o protagonismo das mesmas e seus potenciais criativos, já que é solicitado que todas estejam vestidas à caráter.

Outra atividade importante refere-se ao Outubro Rosa da instituição (em registro no anexo G), onde, através de roda de conversa, se promoveu a conscientização sobre o câncer de mama, prevenção e diagnóstico precoce, com ênfase na superação. A programação teve início com a apresentação de dança de uma usuária do campo. Nos encarregamos de levar um vídeo explicativo sobre o tema, que foi apresentado aos usuários, e que consistia na apresentação de mitos e verdades sobre a doença, as formas de prevenção e a importância do seu diagnóstico precoce. O dia se tornou mais comovente com o relato da coordenadora do CMCI sobre seu próprio estado de saúde no que diz respeito ao câncer de mama que enfrenta, a qual teve o diagnóstico precoce, e pôde compartilhar sobre a regressão da doença em seu corpo (em registro no anexo H). Outro relato emocionante foi de uma das usuárias, também acometida pelo câncer de mama. A programação ainda contou com a fala do psicólogo do CMCI sobre a saúde emocional e a relação com o câncer de mama, findando o dia com uma atividade física. Foi um dia emocionante, promovendo espaço de fala aos usuários, relatos de vivências e fortalecimento de vínculos.

Durante o processo de estágio também tivemos acesso aos registros e documentações sobre demandas e usuários da instituição, inclusive, pudemos acompanhar de perto alguns processos de cadastramento de novos usuários no serviço. Além disso, foram realizadas várias reuniões com as supervisoras de estágio e acadêmica, para planejarmos juntas, as atividades que seriam executadas durante todo o tempo de estágio.

A primeira atividade realizada pelas estagiárias de serviço social junto aos usuários do CMCI, se deu através da realização de uma dinâmica de quebra de gelo (em registro nos anexos I, J) que teve como objetivos estabelecer espaço de acolhimento, favorecer a aproximação entre os usuários e as estagiárias, estimular o protagonismo da pessoa idosa, proporcionar espaço de fala entre os mesmos, estimular a criatividade e a memória dos participantes, valorizar e compartilhar emoções, vivências e desejos e promover o fortalecimento de vínculos.

A atividade teve início com a organização do salão, tendo as cadeiras postas em círculo e a mesa com os materiais montada. O acolhimento foi realizado com a assistente social do campo novamente nos apresentando como estagiárias aos usuários e em seguida nos deixando no comando da dinâmica. Preparamos 10 perguntas e introduzimos dentro de 10 balões, enumerados de 1 a 10. As perguntas eram as seguintes: 1. O que faz você se sentir triste? 2. Como seria seu dia perfeito? 3. Qual lembrança te faz feliz? 4. Tem algo que queria ter feito e ainda não fez? 5. Você tem um apelido? Se sim, qual? E por que? 6. Quando você era criança, o que pensava ser quando crescesse? 7. O que você gosta de fazer no tempo livre? 8. O que você gosta mais aqui no CMCI? 9. De que você tem medo? 10. Qual o papel que você ocupa na sua família?

Explicamos a dinâmica e solicitamos a presença de 10 voluntários para irem de um por um até a mesa escolher um número de 1 a 10, onde estourávamos o balão e líamos a pergunta para que a pessoa idosa da vez respondesse. O encerramento da atividade foi realizado com a entrega de brindes aos participantes da dinâmica. Essa nossa primeira interação grupal proporcionou uma quebra de gelo, como bem diz o nome da dinâmica, entre nós estagiárias, e os usuários do CMCI, nos dando a oportunidade de conhecê-los um pouco mais, adentrar nas suas vivências e realidades. Ressaltamos que fomos muito bem acolhidas e que ficamos maravilhadas com tamanha participação do grupo.

Outra atividade que realizamos com o grupo foi a dinâmica do saco preto (em registro no anexo K), que teve por objetivo estimular a memorização e a atenção dos usuários através de objetos; promover espaço de fala dos usuários e proporcionar o protagonismo da pessoa idosa. A ação teve início com a organização das cadeiras em círculo, distribuição de papel e caneta para cada usuário, seguindo da explicação de como funcionaria a atividade. Dispusemos

em um saco preto 18 objetos diferentes, que passaríamos de participante por participante seguindo uma ordem, para que tirassem um objeto por vez do saco. O grupo deveria memorizar e anotar no papel não só o objeto retirado individualmente, mas todos os objetos que foram retirados na dinâmica. Por fim, os objetos foram colocados na mesa e foi analisado qual participante teve mais acertos, resultando numa vencedora que recebeu um brinde, por acertar 17 objetos ao total.

Foi uma atividade divertida que teve uma grande reciprocidade da parte dos usuários do CMCI. Percebemos que, além de participar eles também gostam de competir entre si. Conseguimos ter bons resultados de memorização e assertividade. Apesar de ser uma atividade que se utilizou da escrita, os usuários analfabetos também foram incluídos e puderam participar através da nossa ajuda.

Com base nos encontros que tivemos com as supervisoras, como já dito anteriormente, pudemos dar início a algumas atividades de intervenção propostas pelas estagiárias de serviço social através do projeto de intervenção Ações socioeducativas junto aos usuários do Centro Municipal de Convivência do Idoso de Campina Grande, que deve por objetivos desenvolver atividades socioeducativas que contribuíssem para a afirmação dos direitos dos idosos, incentivasse a participação e socialização dos mesmos.

Nossa primeira atividade de intervenção com os usuários do Centro Municipal do Idoso, Oficina sobre Cidadania (em registro nos anexos L, M), teve por objetivo refletir sobre a cidadania do idoso com ênfase ao processo eleitoral em curso, ressaltando a importância do voto grisalho nas eleições brasileiras de 2022, além de estimular o protagonismo da pessoa idosa nas eleições, proporcionar espaço de fala dos usuários, estimular a criatividade, fortalecer a autoestima, estimular a reflexão sobre seus direitos.

As cadeiras do salão foram organizadas em círculo e na mesa ficaram expostos um banner construído para este fim e a urna eletrônica. Demos início à oficina explicando que nesse dia faríamos uma atividade lúdica para eleger o (a) presidente do CMCI, onde precisaríamos de dois voluntários para serem os candidatos, os quais deveriam permanecer sentados em evidência e em direção aos demais colegas, para apresentar-lhes suas propostas para o Centro e seus usuários, e, o restante do grupo também participaria votando no seu candidato favorito. Para isso, utilizamos uma urna eletrônica feita de papelão bem semelhante as urnas utilizadas nas eleições brasileiras, posta na mesa, onde cada usuário, e funcionários do CMCI presentes, deveriam se dirigir para registrar seu voto, que seriam computados através de um papel onde estava sendo inserido cada voto. Ao fim do resultado da eleição, foi apresentado o candidato que obteve mais votos, tornando-se, ludicamente, o presidente do CMCI, acompanhado de muitas palmas e registros de fotos. Por fim, os dois candidatos foram presenteados pela participação e foi apresentado o banner que levamos como contribuição para a instituição, que enfatizava sobre a importância do voto da pessoa idosa nas eleições de brasileiras de 2022.

Considerando as eleições de 2022 que estavam prestes a acontecer, decidimos por abordar esse tema, de uma forma descontraída, onde tivemos um retorno muito positivo dos usuários que participaram. Pudemos ver nitidamente a participação, a criatividade e o entusiasmo de todo o grupo. Através de um momento lúdico conseguimos transmitir a mensagem do quanto é necessário e válido o voto das pessoas maiores de 60 anos de idade, que tenham capacidade física e psicológica de exercer sua cidadania. Tivemos também a oportunidade de colocar em pauta que pudessem fazer uma análise de quantos ou quais candidatos tiveram essa população idosa e a defesa de seus direitos previstos em suas propostas.

Ressaltamos para os usuários que, assim como é importante escolher a pessoa certa que os representariam no CMCI, também era de suma importância escolher os seus representantes políticos, pois eles iriam representar e governar não só à essa população, mas também os seus filhos, netos e bisnetos.

No que diz respeito ao banner e a urna eletrônica, ambos ficaram expostos no Centro, juntamente as exposições fotográficas dos serviços realizados no CMCI, inclusive, a urna foi utilizada por alguns usuários para treinarem seus votos das eleições de 2022. Realçamos que tal oficina foi realizada de forma neutra, sem fins partidários.

Nossa última oficina no CMCI, Socializando e Refletindo sobre os Direitos da Pessoa Idosa, teve por objetivo divulgar e socializar alguns direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa voltados à essa população, promover espaço de fala entre os usuários, explorar o conhecimento dos mesmos sobre seus direitos, relatos de situações em que tiveram seus direitos violados e estimular o protagonismo desse público-alvo.

A atividade se iniciou com as cadeiras postas em círculo e foi solicitado a presença de seis voluntários. Distribuimos balões enumerados de 1 a 6, que correspondiam à algumas afirmações enfocando alguns direitos previstos no Estatuto do Idoso. Todos os participantes deveriam pensar e classificar a afirmação lida como verdadeira ou falsa, e em seguida apresentarmos o que diz o Estatuto da Pessoa Idosa sobre cada afirmação.

As afirmações foram as seguintes: 1. Apenas no território municipal a pessoa idosa tem o direito de utilizar gratuitamente o transporte coletivo público; 2. É direito da pessoa idosa o atendimento prioritário em espaços públicos e privados; 3. A pessoa idosa tem direito à determinados medicamentos gratuitos; 4. A pessoa idosa tem direito à 100% de desconto em ingressos para eventos artísticos, culturais e esportivos; 5. Toda pessoa idosa internada ou em observação tem direito à acompanhante; 6. A pessoa idosa não paga estacionamento em shopping.

Após a leitura e correção de cada afirmativa, de acordo com os respectivos artigos do Estatuto do Idoso, foi feita a entrega de panfletos com o conteúdo voltado aos direitos fundamentais da pessoa idosa, acompanhados de uma pequena lembrança e a realização do sorteio de um brinde entre os usuários que participaram da atividade.

Assim como em todas as outras atividades que executamos, tivemos um retorno positivo dos usuários, com a participação não só dos voluntários, mas de todo o grupo presente, já que eram convidados a falar se concordavam ou não com a resposta do colega que havia respondido a afirmativa. Pudemos analisar que boa parte do grupo dos usuários do CMCI tem ciência de seus direitos, embora saibamos que, mesmo promulgados em lei, muitas vezes estes não são efetivados na prática.

Por fim, tivemos um espaço de fala da nossa supervisora acadêmica Lúcia Maria Patriota, que enfatizou a importância dos direitos da pessoa idosa e do conhecimento destes por toda a sociedade sobre os mesmos, seguida das participações de nossa supervisora de campo e assistente social do CMCI Calina de Correia Freitas e da coordenadora do CMCI, Gilma Souto Maior.

Demos por encerrada nossa última oficina no Centro Municipal de Convivência do Idoso com um momento de despedida, regado de agradecimentos e emoções (em anexo nos registros N, O).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os usuários e a equipe multidisciplinar do Centro Municipal de Convivência do Idoso possibilitaram a prática efetiva do nosso projeto de intervenção, tendo em vista que ambos acolheram positivamente nossa inserção ao campo.

Nossa vivência e as oficinas de intervenções realizadas no Centro impactaram positivamente o público alvo, considerando que, a partir da aceitação dos usuários, conseguimos alcançar nossos objetivos, onde, por meio de atividades lúdicas, pudemos abordar assuntos de grande relevância não só para essa população idosa, mas para toda a sociedade.

No tocante ao espaço onde foram desenvolvidas as intervenções, compreendemos como um campo multifacetado e dinâmico, que oferece trocas de experiências e fortalecimento de vínculos ao seu público, que consiste em um grupo de pessoas idosas ativas, participativas e entusiasmadas.

Toda nossa trajetória durante esse período de estágio, permitiu que fosse, não só observado, mas também posto em prática o que se foi estudado na teoria.

Como já dito no decorrer desse trabalho, o envelhecimento é heterogêneo, ou seja, cada ser humano tem seu processo e seu modo de envelhecer, e pudemos comprovar essa afirmação através de nossas atividades, ao observar e concluir que cada usuário do CMCI detém e difere da sua história de vida, sua realidade, seu modo de ser e agir, uns mais expansivos, sociáveis, inclusive muitos desses participaram efetivamente de todas as atividades que realizamos no Centro, sendo estes mais fáceis de serem alcançados por nosso projeto. Há os usuários mais introspectivos, mas que não deixam de participar das atividades do Centro, mesmo que indiretamente. Portanto, todos permitem ser acessados, cada um com suas particularidades.

Certamente nosso estágio serviu como contribuição não só para os usuários do CMCI, mas sobretudo para nós, estagiárias, que pudemos absorver tanto aprendizado no âmbito profissional, e em especial no âmbito pessoal.

Embora existam aspectos e processos do envelhecimento que devem ser considerados, é preciso reconhecer que, grande parte desses limites são postos por nós mesmos e resultam no modo como percebemos o sujeito da pessoa idosa. Hoje, podemos afirmar que temos um novo olhar sobre o envelhecimento, essa fase tão difícil e singular, e que carrega consigo tanta vontade de viver, aprender e ensinar.

6. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 19 de jul de 2022.

_____. **Lei 14.423/22**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

_____. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

_____. **Política de Saúde da Pessoa Idosa**. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Brasília, 2006.

_____. **Política Nacional do Idoso**. Lei 8.842/1994. Brasília, 2004.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social: Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.

_____. **SUAS - Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 03 de novembro. 2022.

_____. **Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa.** Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos. 2005

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). **Centro Municipal de Convivência do Idoso Dr. João Marcos Moura.** Campina Grande, 2015.

CFESS. **Resolução n.º. 533** de 2008.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Brasília, 2011.

COSTA, J. S. Envelhecimento e Luta de Classes: as mobilizações políticas dos velhos na cena brasileira. In: TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas; Papel Social, 2017.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). **Regimento Interno:** Centro Municipal de Convivência do Idoso Dr. João Marcos Moura. Campina Grande, 2022.

DIEESE. **Boletim Especial.** Quem são os idosos brasileiros. 30 de abril de 2020.

FALEIROS, V. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2014.

FERREIRA, A. et al. **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** São Paulo: Cultura acadêmica, 2017.

GOLDMAN, S. N. Envelhecimento e ação profissional do assistente social. In: O serviço social e questão do envelhecimento. **Revista Ágora**, n. 8, Rio de Janeiro, 2005.

MEDEIROS, F. A Intervenção do Serviço Social Direcionada aos Idosos: Particularidades e Desafios. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 363-384, set./dez. 2020.

OMS. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde.** 2014. Portal do poder Judiciário do Estado do Maranhão. Disponível em:
<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/504959#:~:text=Segundo%20a%20Pesquisa%20Nacional%20por,2%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs> .
 Acesso em: 10 de novembro. 2022.

SÃO PAULO. **Guia de Orientações Técnicas Centro de Convivência do Idoso.** São Paulo, 2014.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. S. M. **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas; Papel Social, 2017.

ANEXOS

Anexo A



Anexo B



Anexo C



Anexo D



Anexo E



Anexo F



Anexo G



Anexo H



Anexo I



Anexo J



Anexo K



Anexo L



Anexo M



Anexo N



Anexo O

